

PARECER 055/2019 - CEIV

PARECER 055/2019 - CEIV
COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE
VIZINHANÇA (CEIV)

(X) Primeira Análise – Parecer nº 055/2019-CEIV – 07/08/2019

Processo Administrativo nº: 2019001944

Projeto: Bar Recreativo

Área do lote: 1.530,00 m²

Área construída: 520,36 m²

Número de Pavimentos: 02 - térreo com 260,18 m², 1º pavimento com 260,18 m²

Projeção máxima de atração do empreendimento: 500 pessoas

Vagas de Garagem: 2 vagas de carga e descarga. Demais vagas serão conforme contrato de locação de terreno anexo

Endereço: Rua Dom Afonso, n.º 477 – Vila Real

Uso: Comercial

Zona: ZOR-II-B

Dic: 40440

Investimento previsto: 520,36 CUB

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 9.154, de 23 de outubro de 2018, que dispõe sobre a reformulação da Comissão Permanente que Analisa os Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV),

CONSIDERANDO o Despacho EIV nº 007/SPU-DETA/2019, que encaminhou o Estudo de Impacto de Vizinhança para o empreendimento de uso comercial, destinado a um Bar, requerido por Ormes Vicente Esteves, inscrita sob o CPF 067.028.800-49, situado na Rua Dom Afonso, no Bairro Vila Real enquadrado no Art. 54, inciso XV, da Lei Municipal nº 2794/2008,

CONSIDERANDO o projeto arquitetônico (substituição de projeto) do empreendimento está em tramitação no Departamento de Análise de Projetos (vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária) sob o protocolo 2019000155,

CONSIDERANDO o Parecer PRGR n.º 5477/2019 através do qual a Procuradoria Geral do Município orienta que a atuação da CEIV se restringe a mensuração dos impactos a serem gerados pelo empreendimento e suportados pela vizinhança de carácter meramente opinativo,

CONSIDERANDO que o Parecer PRGR n.º 5477/2019 orienta que anteriormente à distribuição do EIV para parecer da CEIV, o projeto deve ser analisado pela equipe técnica

PARECER 055/2019 - CEIV

da Secretaria do Planejamento, devendo ser submetido à CEIV somente se estiver de acordo com a "legislação urbanística em geral" mas que não ocorreu neste caso,

CONSIDERANDO que o Parecer PRGR n.º 5477/2019 apresenta nova orientação com novos deveres e novos condicionamentos de direito, em relação aos atos que eram praticados no âmbito da Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária e perante esta CEIV, bem como que o artigo 23 do Decreto-lei n.º 4657/1942, LINDB, com a redação dada pela Lei Federal n.º 13655/2018, determina que para a aplicação da nova orientação deva haver regime de transição para o novo dever ou condicionamento de direito, e

CONSIDERANDO que a regra de transição estabelecida consistirá na análise dos EIVs, em trâmite perante esta CEIV, que tenham sido recebidos antes do Parecer PRGR n.º 5477/2019 e que não tiveram manifestação da equipe técnica da Secretaria do Planejamento quanto à conformidade (ou não) do projeto com a "legislação urbanística em geral", todavia limitado à mensuração dos impactos a serem gerados pelo empreendimento e suportados pela vizinhança.

Esta CEIV consigna:

Após análise do Estudo de Impacto de Vizinhança apresentado a CEIV faz as seguintes considerações:

1. Com relação ao item 1.1 Atividade Prevista, detalhar e descrever melhor o tipo de atividade a que se propõe o empreendimento, esclarecer se serão realizados eventos, festas, música ao ar livre, qual o horário e os dias de funcionamento, qual o público alvo, etc.
2. Com relação ao item 1.3 Identificação do Empreendedor, apresentar o telefone para contato conforme preconiza o Termo de Referência da Lei Municipal n. 24/2018;
3. Com relação ao item 1.4 Identificação da Equipe técnica:
 - 3.1. Apresentar ART ou equivalente de todos os envolvidos conforme preconiza o Termo de Referência;
 - 3.2. Identificar o responsável pela coordenação da equipe;
 - 3.3. Rever a ART nº 2018/19897 do profissional Geraldo Bussolo Júnior pois não condiz com o empreendimento em análise;
 - 3.4. Rever a ART do profissional Hermann Albert Becker pois não condiz com o empreendimento em análise;
4. Com relação ao item 2.1 Características do imóvel:
 - 4.1. Apresentar a matrícula do imóvel conforme preconiza o item 2.1 do Termo de Referência da Lei Municipal n. 24/2018;

PARECER 055/2019 - CEIV

- 4.2.** Apresentar cópia da mencionada Licença Ambiental Previa aprovado no IMA Condam Itajaí para a estrutura de apoio náutico.
- 4.3.** Indicar os índices construtivos de projeto e o permitido para o zoneamento (coeficiente de aproveitamento, gabarito, taxa de ocupação, área permeável);
5. Com relação ao item 2.2 Dimensionamento e Caracterização do Empreendimento e Atividade conforme preconiza o item 2.2 do Termo de Referência da Lei Municipal n. 24/2018:
- 5.1.** Apresentar a metodologia utilizada no cálculo da população total prevista para o empreendimento de 500 pessoas.
6. Com relação ao item 2.4 Descrição das Obras:
- 6.1.** Apresentar projeto do canteiro de obras do empreendimento, contemplando e demonstrando as áreas de cargas e descargas de materiais, concretagens, transporte das peças pré-moldadas, as áreas de vivência e áreas de manobra e acesso dos equipamentos e máquinas.
7. Com relação ao item 2.7 Levantamento Florestal:
- 7.1.** A CEIV informa que o empreendimento em análise ocupa geograficamente Área de Preservação Permanente estabelecido pela Lei Federal n.º 12.651/2016 (Código Florestal). No entanto, conforme pontuou o Parecer PRGR n.º 5.477/2019, não compete à CEIV deliberar sobre o mérito do projeto propriamente dito (conformidade deste com as normas urbanísticas e ambientais) cuja competência é do órgão municipal responsável pela aprovação do projeto e órgão ambiental responsável pela expedição das licenças ambientais. Mesmo assim, considerando a natureza opinativa, a CEIV ratifica o posicionamento, notadamente a nova orientação do STJ quanto a aplicação dos recuos previstos pelo Código Florestal em relação aos cursos d'água, cabendo à autoridade do Poder Executivo, os atos finais de aprovação ou reprovação do projeto.
8. Com relação ao Item 2.10 Estimativas de Demandas e Produção de Fatores Impactantes:
- 8.1.** Apresentar as consultas de viabilidade da CELESC e EMASA conforme preconiza o Termo de Referência
- 8.2.** No item 2.9.2 Produção de Resíduos Sólidos, fase Obra, não foi localizado o PGRCC mencionado. Apresentar.
- 8.3.** No item 2.9.2 Produção de Resíduos Sólidos, fase Operação, não foi localizado o Programa de gestão Ambiental mencionado. Apresentar.
- 8.4.** No item 2.9.2 Produção de Resíduos Sólidos, fase Operação, esclarecer se o empreendimento realizará o manejo dos resíduos recicláveis (incluindo o transporte até as cooperativas de reciclagem) ou utilizará o serviço da concessionária Municipal.

PARECER 055/2019 - CEIV

9. Com relação aos itens 2.12 Sistema Viário e o Empreendimento e 3.7 Sistema Viário da Área de Vizinhança:

- 9.1.** Qual o número máximo de clientes que comportará o empreendimento? Como e onde se dará o estacionamento de veículos?
- 9.2.** Qual o número máximo de funcionários durante a fase de implantação? Como e onde se dará o estacionamento de veículos?
- 9.3.** Qual o horário de operação previsto para o empreendimento?
- 9.4.** Os autores informam à página 92 que " Para o estudo em específico, foram recolhidos dados nos períodos da manhã (8h30 a 8h40), tarde (13h50 a 14h00) e no final da tarde (16h32 a 16h42). O tempo para a contagem foi estipulado em 10 minutos por período.

A contagem de fluxo veicular possui a finalidade de determinar o nível de serviço viário. Para tanto, deve-se mensurar o fluxo pelo período mínimo de 2h, englobando os períodos de maior movimento, agrupando-os em trechos de 15 minutos.

A tabela de fluxos de movimento de veículos deverá ser apresentada na íntegra, em intervalos de 15 minutos. Utilizar para os estudos como base o Manual de Estudos de Tráfego do DNIT (2006) disponível em :

http://www1.dnit.gov.br/arquivos_internet/ipr/ipr_new/manuais/manual_estudos_trafego.pdf

Atentar para o item 6.1.3 MÉTODOS DE CONTAGEM, bem como aos demais para determinação dos níveis de serviço.

Também serão aceitos métodos expedidos pelo ITE, como o Highway Capacity Manual, em suas edições 2000, 2010 ou HCM6 (2016), conforme mencionado no parecer anterior.

- 9.5.** O cálculo de projeção apresentado à Página 94 está correto, porém o volume de veículos não. Deve-se multiplicar por 4 o número de veículos observados nos 15 minutos de maior pico para obtenção do volume de hora-pico. De modo que deve ser refeita a contagem para se concluir a simulação de tráfego. Os horários estimados para o pico nesta via são os entre 17:00 e 19:00 e entre 10:00 e 12:00.

10. Com relação ao item 3.1 Delimitação da Área de Vizinhança:

- 10.1.** A CEIV entende que os impactos diretos gerados pelo empreendimento irão atingir uma área maior que a descrita no Mapa 10, em especial nas áreas a sudeste do empreendimento a partir da margem oposta do Rio Camboriú. Deste modo, rever a metodologia utilizada para definir a Área de Vizinhança direta (AVD).
- 10.2.** Delimitar a Área de Vizinhança indireta (AVI) indicando o critério de delimitação, conforme preconiza o item 3.1 do TR.

PARECER 055/2019 - CEIV

11. Com relação ao item 3.4 Características do Espaço Urbano, Zoneamento e Uso e Ocupação Do Solo:
 - 11.1.** Indicar a presença de áreas de preservação permanente conforme preconiza o item 3.4.1 do TR. Indicar inclusive os limites da área de APP considerando as restrições do Código Florestal.
12. Verificar erro de referência cruzada nas páginas 72, 76, 77 do Estudo.
13. Com relação ao item 8 Leitura da Paisagem, em relação a Paisagem urbana, a CEIV entende ser necessário apresentar detalhamento da interface com o passeio e o sistema viário de acesso. Apresentar soluções que integrem a sua fachada, contemplando a valorização do espaço público.
14. Com relação a Avaliação dos Níveis de Pressão Sonora:
 - 14.1.** Esclarecer qual será o horário de funcionamento do empreendimento. A CEIV entende que deve ser realizado pelo menos mais uma medição em período noturno (após as 22h).
15. Com relação ao Item 4 Avaliação dos Impactos sobre a Vizinhança e a Matriz de Aspecto e Impacto, Conforme prevê o item 4.1.1 do Termo de Referência: "Os impactos devem ser nominados e descritos detalhadamente no EIV e após sua descrição, devem ser classificados um a um, com base nos atributos descritos. Para cada impacto identificado, devem ser identificadas também, as medidas mitigadoras propostas pelo EIV". Deste modo:
 - 15.1.** Rever a forma de apresentação dos impactos do empreendimento dentro do EIV. Devem ser descritos todos os impactos elencados na "Matriz de Impacto".
 - 15.2.** Rever a apresentação do item 4.1.3.1 Resumo das Mitigações. Apresentar a mencionada "tabela de medidas mitigatórias". A CEIV solicita que seja apresentada as medidas mitigadoras de forma separada para cada impacto elencado na "Matriz de Impactos" de modo a justificar os percentuais de redução utilizados.
 - 15.3.** Para a fase de implantação, a CEIV entende ser necessário a mensuração dos impactos "Pressão no sistema Viário", "Perturbação à Vizinhança em Decorrência de Ruídos", "Afugentamento da Fauna"
 - 15.4.** Para a fase de operação, a CEIV entende ser necessário a mensuração dos impactos "Afugentamento da Fauna"
16. Com relação ao item 5 METODOLOGIA DE CÁLCULO PARA A APLICAÇÃO DO VALOR DE COMPENSAÇÃO – VC:
 - 16.1.** Rever o anexo XV – Cálculo de compensação, uma vez que não se refere ao empreendimento em análise. Deste modo, rever o cálculo de compensação e os índices utilizados;
 - 16.2.** No item Índice sobre os Recursos Naturais – ISRN, o estudo apresentou valoração "0 – causa pequeno impacto nos recursos naturais", entretanto, devido o empreendimento estar ocupando APP passível de recuperação da função

PARECER 055/2019 - CEIV

ambiental, e também a movimentação de insumos, geração de resíduos, geração de resíduos particulares finos durante a execução, pressão no sistema de abastecimento de água e tratamento de esgoto e outros impactos, a CEIV entende que a valoração justa do empreendimento deva ser de "2 – Impacta os recursos naturais e o empreendimento não é demanda reprimida no município".

17. Rever o cálculo do valor da compensação considerando as adequações apontadas neste parecer. O valor da contrapartida deverá ser apresentado em CUB/SC.

As correções acima devem ser apresentadas através de ofício com respostas a cada item (se aprovadas, inseridas no EIV final) em uma via impressa e uma digital.

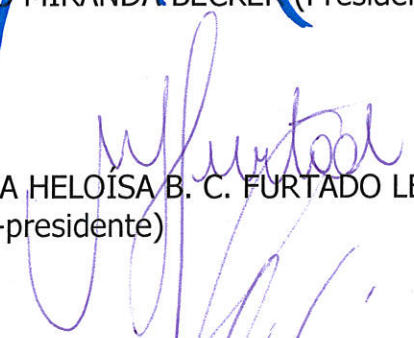
A análise do Estudo de Impacto de Vizinhança não dispensa as demais licenças e autorizações cabíveis.

Balneário Camboriú, 07 de agosto de 2019.


Suellen Cristina Fávaro
Secretária


• FÁBIO MIRANDA BECKER (Presidente)


LEANDRO GRZYBOWSKI DA SILVA
(membro)


MARIA HELOISA B. C. FURTADO LENZI
(Vice-presidente)


RAFAEL ALESSANDRO BAZZANELLA
(membro)


CARLOS EDUARDO G. SANTI (membro)


BEATRIZ NUNES VIEIRA (membro)


CLELIA WITT SALDANHA (membro)